
Taxação de riqueza: alternativas para um mundo pós-pandêmico?

por **Ana Luiza Flores**

Apesar do abandono da maioria dos impostos sobre fortunas em países europeus, muitos deles ressurgiram com essa temática para combater a crise da pandemia de Covid-19. No Reino Unido, estudos da London School of Economics (LSE) da comissão Wealth Tax Commission, sugerem a cobrança do imposto de recuperação da Covid-19 por cinco anos, 5% sobre o patrimônio líquido pessoal acima de 500 mil £ (MAIORIA...,2021). Já na Bélgica há a proposta do imposto solidário que seria cobrado de quem possuir patrimônio maior que 1 milhão euros (MAIORIA...,2021). Em países em desenvolvimento, essa sugestão também está sendo analisada e também implementada. Na Argentina, por exemplo, esse imposto de taxaço de riquezas para o combate a pandemia foi feita em 2020 em parcela única, (Argentina...,2020). Essa medida previu uma alíquota entre 2,0 a 3,5% quando a fortuna declarada ao Tesouro Nacional ultrapassasse 35 milhões de dólares, cerca de 180 milhões de reais (Argentina...,2020). Na Bolívia, a pandemia foi um catalisador para a criação desse imposto, mas, nesse caso de forma permanente. No caso boliviano, serão tributados, anualmente, cerca de 150 milionários que possuem fortunas a cima de 22 milhões de reais, a porcentagem de cobrança varia entre 1,4% a 2,5% (SUDRÉ, 2020).

A ideia também foi vista como solução por alguns milionários do movimento Patriotic Millionaires, que assinaram a carta Millionaires for Humanity. Nessa carta, mais de 100 bilionários dos Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Noruega, Holanda, Austria, Austrália e outros países, pediram para que seus governos cobrem imediatamente, substancialmente e permanentemente os importos sobre os ricos para o governo investir mais em saúde e educação e, assim, reduzir os impactos causados pela Covid-19 (DYNIEWICZ, PEREIRA, 2020). Diante do exposto, é sugerido na presente análise a reflexão sobre as causas da criação desse imposto, a nova função do estado para a recuperação econômica no pós-pandemia, as experiências passadas sobre adoço de desse imposto e sua efetividade.

Aumento das desigualdades econômicas

Depois de dois anos de pandemia do Covid-19 pode ser visto diversos impactos sociais, econômicos, políticos, além dos sanitários (FIOCRUZ, s/d). Apesar de muitos aprendizados do ponto de vista de saúde, como o bom funcionamento de vacinas de mRNA e os hábitos de higiene, há outras lições que devem ser consideradas mais enfaticamente no pós pandemia, como a amenização das desigualdades sociais.

Desde o início da pandemia em março de 2020 há estudos que alertam sobre os efeitos desproporcionais do Covid-19 entre os mais vulneráveis no Brasil e nos EUA (CARVALHO et al, 2020). Segundo as pesquisadoras, já no começo era possível perceber que os bairros de baixa renda estavam sendo muito mais atingidos pela pandemia e era de onde vinham os pacientes com maior índice de severidade da doença (CARVALHO et al, 2020). Além disso, elas pontuaram a relevância de políticas de preservação da renda para que seja feito o isolamento social, como mais tarde foi feito por vários países, inclusive o Brasil (FERNANDES; TOMAZELLI, 2020).

Em 2021, novos relatórios mostravam o aumento da desigualdade de renda global em decorrência da pandemia (LAKNER; GERSZON MAHLER; YONZAN, 2021). Em relatório produzido por pesquisadores do Banco Mundial, a projeção de desigualdade entre os países aumentou durante a pandemia, sendo essa vista pela primeira vez desde 1993 (LAKNER; GERSZON MAHLER; YONZAN, 2021). Outro aspecto revelado nessa mesma pesquisa foi que em média os 40% dos países da base têm uma perda de 2,8 pontos percentuais maior do que a dos 60% mais ricos, mesmo excluindo China e/ou a Índia da amostra global - já que esses países causam distorções nas estatísticas.

Além disso, o Relatório de Desigualdades Globais (2022), mostra dados também interessantes para a temática. Segundo os pesquisadores, em 2021, os 10% mais ricos da população global respondem por 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre da população ganha apenas 8% deles (WORLD INEQUALITY REPORT, 2022). Nesse sentido, em média um indivíduo entre os 10% mais ricos da distribuição de renda global ganha US \$122.100 por ano, enquanto um indivíduo da metade mais pobre da distribuição de renda global ganha US \$3.920 por ano (WORLD INEQUALITY REPORT, 2022). Outro estudo do Banco Mundial também apresenta dados que mostram a intensificação das desigualdades durante a pandemia, segundo Sánchez-Páramo et al (2021) os 40% países mais pobres não começaram a recuperar suas perdas de renda, enquanto os 40% mais ricos recuperaram mais de 45% de suas perdas iniciais de renda. Eles adicionam ainda que entre 2019 e 2021, a renda média dos países 40% mais pobres caiu 2,2%, enquanto a renda média dos 40% mais ricos caiu 0,5% (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021).

A desigualdade na distribuição da vacina também colabora e intensifica a recuperação econômica dos países, impactando automaticamente

na distribuição de renda. Segundo as previsões do Painel Global sobre Equidade da Vacina contra Covid-19, iniciativa conjunta do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Escola de Governo Blavatnik da Universidade de Oxford, a desigualdade na distribuição da vacina terá um impacto de longo prazo e profundo para a recuperação social e econômica em países de renda baixa se não houver uma ampla distribuição de vacinas (Desigualdade..., 2021). Outra previsão do painel é que se esses países de baixa renda tivessem taxas de vacinação semelhantes às de países de alta renda, os primeiros poderiam ter adicionado US \$38 bilhões à previsão de seus PIBs em 2021. A desigualdade na distribuição desse imunizante tem várias razões, entre elas o alto preço da dose em relação a outras vacinas disponíveis no mercado, o alto custo de entrega e o aumento da força de trabalho na área de saúde (Desigualdade..., 2021).

Como sugerem os dados anteriores, são os países mais pobres que estão em uma crise mais profunda e duradoura em razão dos efeitos da pandemia. Em consequência, houve um declínio da renda levando ao aumento da pobreza global o que reverte os avanços tidos nas últimas décadas em relação à redução da desigualdade entre os países. Segundo apontamentos do Banco Mundial, existem 97 milhões novas pessoas vivendo com menos de US \$1,90 por dia por causa da pandemia e outras 163 milhões vivem com menos de US \$5,50 (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021). Assim, houve um aumento da taxa de pobreza global de 7,8 para 9,1%.

A quantidade de pessoas com menos renda se concentrou em regiões como África Subsaariana, América Latina e Caribe. Segundo pesquisas telefônicas domiciliares do Banco Mundial, 81% das famílias no Peru e 85% das famílias no Senegal relataram perdas de renda nos primeiros meses da pandemia. Assim, projeta-se uma recuperação econômica nesses países de oito a nove anos, enquanto o progresso nos países de renda média alta foi atrasado em cinco a seis anos (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021). A mesma pesquisa ainda mostra que nas economias em desenvolvimento as famílias mais pobres perderam renda e empregos a taxas mais altas do que as famílias mais ricas (SÁNCHEZ-PÁRAMO et al, 2021). Além desse efeito imediato na renda de famílias de baixa renda, essas consequências também afetarão a mobilidade social no longo prazo, já que aqueles que perderam renda devido à pandemia tiveram quase duas vezes mais chances de gastar ativos ou poupanças, deixando-os menos capazes de lidar com perdas de renda contínuas ou recorrente.

A importância do Estado para a economia em momentos de crise

É nítido o impacto global que a crise sanitária da Covid-19 teve na sociedade. Ela aumentou as desigualdades sócio-econômicas dentro e fora dos países, sendo os países em desenvolvimento os mais impactados

negativamente por seus efeitos, seja pela distribuição de vacinas como também pela própria administração pública desses estados. A presente crise reviveu a teoria de Keynes de investimento estatal na economia para recuperar o crescimento econômico e estabilidade de mercado (WATKINS, 2021). Há diferenças entre a crise de 2008 e a de 2020 principalmente em relação à quantidade monetária distribuída pelo estado, mostrando uma clara ruptura com o princípio de austeridade, ainda que declaradamente temporária, justificada pelas condições extraordinárias da pandemia. A pesquisadora inglesa Susan Watkins (2021) fez uma comparação dos gastos fiscais emergenciais dos Estados Unidos em 2009, após a crise de 2008, e a no primeiro ano da pandemia em 2020. Abaixo encontra os resultados em porcentagem do PIB:

	2009	2020
US	6.5	16.7
UK	1.1	16.3
GERMANY	3.0	11.0
FRANCE	1.2	7.7
ITALY	4.4	6.8
JAPAN	3.4	15.6
CHINA	16.5	4.7

Nesse sentido, houve um grande aumento no gasto estatal durante a crise do Covid-19 nos países G7, com exceção da China que diminuiu, as maiores economias mundiais dobraram ou triplicaram os gastos emergenciais durante a pandemia.

Nos Estados Unidos, quando o mercado de ações começou a cair rapidamente e o mercado de títulos do Tesouro, com cerca de US\$ 14 trilhões, congelou, o Banco Central estadunidense (FED) lançou uma política de flexibilização indefinida para aumentar os ativos de seu balanço de US\$ 3,9 trilhões para US\$ 6,6 trilhões em dezembro de 2020 (WATKINS, 2021). Além disso, o FED iniciou linhas de crédito emergenciais destinadas aos grandes bancos, flexibilizou os requisitos regulatórios e colaborou para o financiamento do Cares Act, que deu suporte para empresas não financeiras (WATKINS, 2021). O Coronavírus Aid, Relief and Economic Security Act, conhecido como Cares Act, foi um programa proposto pelo então presidente estadunidense Donald Trump que se caracterizou pelo maior pacote de medidas econômicas

da história americana prevendo pagamentos diretos aos americanos e expansões no seguro-desemprego (A TIMELINE..., 2021). Já na gestão Biden em 2021, foi aprovado o “American Rescue Plan” com orçamento de 3 trilhões de dólares, distribuídos em 10 anos, para a recuperação da economia americana (PONCIANOS, 2021). O projeto será composto de benefícios para serviços sociais, bem-estar e infraestrutura, além de fundos alocados para reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

Já em relação à União Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) dedicou 750 bilhões de euros para seu programa de compra de ativos, como também para ampliação da aquisição de dívida empresarial e a redução dos requisitos de garantia para os bancos (WATKINS, 2021). O plano da Comissão Econômica, conhecido como Next Generation, é o maior pacote de medidas de estímulo temporário na União Europeia com o objetivo de reparar os danos econômicos e sociais imediatos provocados pela pandemia, tornando a Europa mais ecológica, digital e resistente às crises.

Dentre os maiores questionamentos desses planos estão a fonte de receita de todo esse recurso, ambos os planos citados cogitam, dentre outras medidas, a redistribuição dos lucros de grandes empresas multinacionais, questão que será discutida no próximo tópico.

Política redistributivas em perspectiva

Muitos estudos têm mostrado que a desigualdade de riqueza é ainda mais importante que a desigualdade de renda (CARVALHO; SOARES, 2021). De acordo com a OCDE (2021) e, como já mostrado anteriormente, a crise sanitária provocada pelo Covid-19, tende a aumentar a disparidade de renda e riqueza. Assim, com objetivo de amenizar essas diferenças, que já existiam, diversos países estão propondo planos de recuperação econômica. Para financiar esses projetos os governos precisarão de mais receita e uma forma compatível com os objetivos de redução de desigualdades e também já posta em prática por alguns países, é a criação de impostos para famílias mais ricas (PERRET, 2021).

A taxação de grandes fortunas que incidia sobre a riqueza líquida individual acontece desde 1990 em cerca de 12 países membros OCDE (PERRET, 2021). Embora a sua concepção tenha variado entre países, os impostos sobre a riqueza são cobrados anualmente sobre uma vasta gama de imóveis e bens móveis e dívida líquida. No entanto, a maioria destes impostos sobre a riqueza aumentou muito pouco os rendimentos dos países, menos de 1% do total das receitas fiscais, e, por isso, mais tarde, esses impostos foram revogados (PERRET, 2021).

Uma das principais críticas à revogação de impostos sobre riqueza foi que muitos bens são beneficiados de isenções e reduções, particularmente os ativos de pensões, os bens comerciais, as residências primárias, e

obras de arte, o que aumenta a complexidade e contribuiu para a redução de receitas e progressividade (PERRET, 2021). Além disso, outra crítica feita sobre esse imposto é sua aplicação em rendas relativamente moderadas (PERRET, 2021), como o caso francês que revogou em 2018 o imposto sobre fortunas. Ademais, os custos e a dificuldade para rastrear a riqueza a tornam também menos efetivas, já que na maioria dos países que tiveram altas taxas de riqueza era comum a prática de transferência de ativos ao estrangeiro fugindo das autoridades fiscais (PERRET, 2021).

Nesse sentido, impostos sobre a riqueza são uma forma possível de abordar a desigualdade de riqueza, mas existem outras ferramentas fiscais disponíveis que os países muitas vezes não utilizam em potencial máximo (PERRET, 2021). Em relatório sobre a taxaço de riqueza produzida pelo International Policy Center (2021) é afirmado que priorizar reformas que fortaleçam os impostos já existentes em particular impostos sobre renda de capital pessoal (dividendos, juros e ganhos de capital) e impostos sobre herança e doações são uma alternativa para aumentar a receita e diminuir as diferenças de riqueza. Assim, há espaço significativo, já criados, para melhorar o desenho de impostos para diminuição da desigualdade (PERRET, 2021). Por exemplo, em muitos países, lucros e dividendos de capital são tributados a taxas mais baixas do que a renda do trabalho, mesmo que esse tipo de renda esteja fortemente concentrada no topo da distribuição, o fato de serem tributados com alíquotas mais baixas reduz a carga tributária efetiva sobre as famílias mais ricas (PERRET, 2021).

Além disso, os impostos sobre heranças e doações pode desempenhar um papel importante na redução da desigualdade de riqueza e no aumento da igualdade de oportunidades de acordo com estudos da OCDE (2021b). Contudo, a forma como são desenhados permite, pelo menos em alguns países, que as famílias mais ricas paguem taxas mais baixas do que outras famílias. Sendo a principal razão disso a concentração de certos tipos de ativos em famílias mais ricas que se beneficiam de isenções e benefícios (PERRET, 2021).

Conclusão

Diante do exposto, nota-se uma grande consequência da pandemia: o aumento das desigualdades de renda. Foi apresentado na primeira parte diversos estudos que comprovam o aumento das diferenças sócio-econômicas na pandemia e como as projeções desse período aumentam as desigualdades já existentes. Nesse sentido, diversos países já pensaram na criação de um novo imposto sobre a fortuna para contribuir na recuperação da crise econômica originada pela pandemia.

Apesar de não ser mais utilizado em muitos países da OCDE, a taxação de fortunas, por um período limitado, ganha forças como alternativa para o financiamento dos projetos estatais de investimento econômico. Nesse sentido, a regulamentação estatal é importante para os ajustes legais, tendo em vista a importância do Estado para evitar as grandes perdas econômicas de uma crise. Contudo, mesmo sendo uma alternativa pouco eficaz para combater as desigualdades econômicas já existentes anteriormente, cada país deve encontrar a melhor forma daqueles que têm mais possam contribuir mais com a sociedade. Portanto, não existe uma fórmula pronta para a diminuição de desigualdades socioeconômicas. Uma carga tributária progressiva deve ser combinada com medidas de acesso à educação, tendo em vista que esse é um fator crucial para a melhora da distribuição de renda.

Referências

A TIMELINE Covid-19 Developments in 2020. AJMC, 1 jan 2021. Disponível em: <https://www.ajmc.com/view/a-timeline-of-covid19-developments-in-2020>. Acesso em: 23 mar 2022.

CARVALHO, Pedro Humberto Bruno de; SOARES, Fábio Veras. **Wealth tax: perspectives in a post-pandemic world**. International Policy Center for Inclusive Growth. Policy In Focus n° 49; ISSN: 2318-8995. 09 dez de 2021. Disponível em: https://ipcig.org/publication/30978?language_content_entity=en.

DYNIEEWICZ, Luciana; PEREIRA, Renée. Covid levanta debate sobre impostos e OCDE sugere que ricos sejam mais tributados. O Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,covid-levanta-debate-sobre-impostos-e-ocde-sugere-que-ricos-sejam-mais-tributados,1136245>. Acesso em: 29 abr 2022.

IMPACTOS sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. FioCruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 22 mar 2022.

FERNANDES, Adriana; TOMAZELLI, Indiana. Ao menos 45 países já adotaram medidas para conter impactos da Covid-19 em emprego e renda. O Estado de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ao-menos-45-paises-ja-adotaram-medidas-para-conter-impactos-da-Covid-19-em-emprego-e-renda,70003244688>. Acesso em: 22 mar 2020.

LAKNER, Christoph; GERSZON MAHLER, Daniel e YONZA, Nishant. **Is Covid-19 increasing global inequality?**. World Bank Blogs, 7 out 2021. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/Covid-19-increasing-global-inequality>. Acesso em: 22 mar 2022.

MAIORIA dos europeus abandonou tributo sobre fortuna, Folha de São Paulo, São Paulo, jan 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/maioria-dos-europeus-abandonou-tributo-sobre-fortuna.shtml>. Acesso em: 25 mar 2022.

PERRET, Sarah. **Wealth taxes: Past experiences and future role?**. Em Wealth tax: perspectives in a post-pandemic world. Policy In Focus n° 49; ISSN: 2318-8995. 09 dez de 2021. Disponível em: https://ipcig.org/publication/30978?language_content_entity=en. Acesso em: 23 mar 2022.

PIRES, Luiza Nassif; CARVALHO, Laura; XAVIER, Laura de Lima. **Covid-19 e desigualdade: a distribuição dos fatores de risco no Brasil**. Centro

Brasileiro de Estudos de Saúde. 06 abr. 2020. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/04/Covid-19-e-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: 21 mar 2022

PONCIANO, Jonathan. Plano de US\$ 3 trilhões para recuperação da economia de Biden será dividido em duas propostas. **Forbes Brasil**. 30 mar 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/03/plano-us-3-trilhoes-para-recuperacao-da-economia-de-biden-sera-dividido-em-duas-propostas/>. Acesso em: 22 mar 2022.

SÁNCHEZ-PÁRAMO, Carolina; HILL, Ruth; GERSZON MAHLER, Daniel; NARAYAN Ambar e YONZA, Nishant. **Covid-19 leaves a legacy of rising poverty and widening inequality**. WorLD Bank Blogs, 7 out 2021. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/Covid-19-leaves-legacy-rising-poverty-and-widening-inequality>. Acesso em: 22 mar 2022.

SUDRÉ, Lu. Bolívia: Luis Arce cria imposto sobre grandes fortunas. Brasil de Fato. São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/29/bolivia-luis-arce-cria-imposto-sobre-grandes-fortunas>. Acesso em: 29 abr 2022.

OECD. 2021a. **OECD Employment Outlook 2021: Navigating the Covid-19 Crisis and Recovery**. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5a700c4b-en> . Acesso em: 21 de março 2022.

OECD. 2021b. Inheritance Taxation in OECD Countries. **OECD Tax Policy Studies**, No. 28. Paris: OECD Publishing. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/e2879a7d-en>. Acesso em: 23 de março 2022.

WATKINS, Susan. Paradigm shifts. **New Left Review**, n. 128. Londres Março–Abril, 2021. 1-24p.

WORLD INEQUALITY REPORT 2022. PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel e ZUEMAN, Gabriel. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/01/Summary_WorldInequalityReport2022_English.pdf . Acesso em: 22 mar 2022.